

# O que os militares brasileiros falam quando falam de África?

CAMILLE AMORIM

VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN

BRUNA GORGEN ZECA

**RESUMO:** Esse artigo busca compreender o significado de “África” para a produção ideacional das Forças Armadas brasileiras, através de um exame de trabalhos desenvolvidos por indivíduos integrantes das escolas do Exército e da Marinha entre 2001 e 2020. Essa pesquisa destaca divergências possíveis de interpretação entre estas duas forças e múltiplas ênfases estratégicas sobre a região.

**PALAVRAS-CHAVE:** África. Produção Ideacional. Pensamento militar. Política Externa Brasileira. Escola de Cambridge.

**CAMILLE AMORIM**

Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI-UFRGS).  
E-mail: camille.amorim@gmail.com

**VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN**

Doutorando e mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP - UFRGS). Professor substituto no curso de Relações Internacionais da UFRGS.  
E-mail: viniciush.mallmann@hotmail.com

**BRUNA GORGEN ZECA**

Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais do PPGEEI-UFRGS. Professora de Relações Internacionais na Unisinos.  
E-mail: brunagorgen@hotmail.com



## What do brazilian militaries say when they talk about Africa?

**ABSTRACT:** This paper seeks to understand the implication of “Africa” in the ideational production of the Brazilian Armed Forces through an examination of essays developed by members of Army and Navy Schools between 2001 and 2020. The research highlights possible divergences of interpretation among both forces and multiple strategic emphases about the region.

**KEYWORDS:** Africa. Ideational Production. Military thinking. Brazilian foreign policy. Cambridge School.

DATA DE ENVIO: 10/11/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 29/08/2023

## **1 Introdução**

Oriunda de um somatório de fatores – socioculturais, político-econômicos e diplomático-militar –, a política externa brasileira para o continente africano no século XXI foi palco de ampla discussão pela literatura especializada, no intuito de entender o que permitiu a elevação do eixo de relacionamento entre o Brasil e o continente para novos patamares, sobretudo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (OLIVEIRA, 2015; RIBEIRO, 2020). Predominaram, perante esse contexto, o interesse dos decisores em resgatar o laço histórico, então considerado essencial para a identidade do povo brasileiro; a potencialização de indicadores comerciais e, ainda, a tendência estratégica, entre os países emergentes, de ampliação da influência geopolítica e econômica na região (OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA; MALLMANN, 2020; RIBEIRO, 2020).

Uma variável importante para compreender tamanho aprofundamento na política externa brasileira para a África consiste no interesse pelo continente por parte de atores domésticos que estão inseridos no âmbito da sociedade civil e no Estado brasileiro, os quais são responsáveis por facetas diversificadas deste relacionamento internacional (AMORIM; SILVA, 2020; AMORIM; SILVA, 2021). Pela ação de múltiplos atores e interesses, o Brasil esteve presente através de projetos de cooperação sul-sul, comércio bilateral, contatos políticos em esferas multilaterais e bilaterais e por interações militares e operações de paz com envolvimento direto das Forças Armadas brasileiras (OLIVEIRA, 2015).

Dessa forma, pensando nestas interações, o propósito deste trabalho é o de, por meio de uma análise do plano ideacional, depreender como o continente africano foi pensado estrategicamente pelos militares durante o século XXI. A compreensão da política externa requer desvendar as concepções enraizadas nas instituições encarregadas de sua elaboração e implementação (KHALIL; ALVES, 2024). Ao realizar esse processo em diversas esferas burocráticas envolvidas, emerge a capacidade de avaliar a autonomia desses setores e como a interação com a sociedade influencia o desfecho das políticas públicas. Nesse contexto, apresentamos uma abordagem focalizada na esfera militar como

uma das peças de um quebra-cabeça analítico. Nesse sentido, o aporte teórico-metodológico escolhido foi a chamada “Escola de Cambridge” da história do pensamento político,<sup>1</sup> em especial as contribuições de Quentin Skinner e John Pocock,<sup>2</sup> por entender que esse movimento historiográfico fornece princípios importantes para se analisar produções intelectuais<sup>3</sup> como a que foi aqui proposta.

Para tanto, são analisados trabalhos de conclusão de curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola de Guerra Naval (EGN), bem como publicações das revistas especializadas destas instituições (*A Defesa Nacional*, *Cadernos Meira Mattos* e *Revista da Escola Superior de Guerra*), publicados entre 2001 e 2020. Para selecionar as publicações, buscaram-se trabalhos cujos títulos e/ou resumos se referiam ao continente africano, no intuito de alcançar a concepção estratégica acerca da África para o Brasil e os reflexos estratégicos para o plano empírico da atuação das Forças Armadas do país no continente africano.

O propósito de escolher as referidas fontes foi o de atingir institucionalmente espaços de disseminação permanente de pensamento militar – as escolas –, bem como a de uma esfera de pensamento que alimenta um debate interno especializado – as revistas. Ademais, entende-se que avaliar produções da ECEME e da EGN, especificamente, é um processo importante para verificar continuidades e rupturas entre as produções da Marinha e do Exército, para também demonstrar a possível existência de diferenças de pensamento entre as Forças Armadas brasileiras.

---

1 Pocock (2003) explica que a história do pensamento político passou a ser descrita, depois de certo tempo, como história do discurso político, o que o autor considera uma forma mais precisa de denominar o que ele e Skinner, por exemplo, propuseram.

2 John Pocock partiu de um descontentamento acerca do modo pelo qual a teoria política era ministrada nas universidades, em que se ensinava um compilado de grandes autores em ordem cronológica, de forma que seus pensamentos se tornavam atemporais e sem cuidados metodológicos (FERES JR.; JASMIN, 2006).

3 De acordo com Roger Chartier (1990), o campo da história intelectual cobre o conjunto das formas de pensamento, por isso seu objeto é amplo, assim como o são os da história social ou da história econômica.

É importante salientar que, nas revistas analisadas, não foram encontradas produções de militares da Força Aérea Brasileira (FAB). Além disso, a mencionada força não dispõe de um meio digital de acesso público para suas produções, como evidenciado pelo site oficial consultado no período entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2022. Para obter *insights* relacionados ao pensamento da Força Aérea, recorreu-se à revista da UNIFA. Entretanto, no acervo online desta revista, o único trabalho referente ao continente africano aborda o poder aéreo desse continente e é de autoria externa à força, inclusive de outro país.<sup>4</sup> Com base nessas observações, persiste a necessidade premente de abordagens mais aprofundadas sobre o pensamento estratégico da FAB em relação à agenda africana.

Por fim, o artigo está dividido em três seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, é feita uma contextualização sobre as relações entre o Brasil e o continente africano a partir do enfoque teórico da Escola de Cambridge; na segunda, analisa-se especificamente o pensamento do Exército e, na terceira seção, o pensamento da Marinha. O trabalho, por último, apresenta as considerações finais da análise empreendida e os apontamentos para continuidade da agenda de pesquisa.

## **2 Texto e contexto: contribuições da escola de Cambridge para analisar a produção ideacional**

A Escola de Cambridge (ou “enfoque Collingwoodiano”<sup>5</sup>) é como ficou conhecido o estudo da História do Pensamento Político desenvolvido principalmente por John Pocock e Quentin Skinner, os quais se dedicaram a sistematizar um projeto metodológico para a História Intelectual – que serviu de base para o que entendemos como plano ideacional. Com isso, os autores ressaltaram a relevância do “contextualismo linguístico”, estudando as ideias

---

4 Para maiores informações, verificar AFRICAN (2020),

5 Skinner rebatizou a abordagem em homenagem ao filósofo inglês Robin George Collingwood (FERES JR; JASMIN, 2006, p. 11). Em diversos momentos, o autor explanou a centralidade da filosofia da história de R. G. Collingwood na atividade de afirmação do contextualismo linguístico (SILVA, 2010, p. 305).

em seu contexto e situando os textos no contexto intelectual do discurso de um determinado momento histórico (SKINNER, 2017; POCOCK, 2003). Desta forma, quando se leva em consideração o contexto social dos autores analisados, por exemplo, melhor se compreende, como será visto na próxima seção, o constante destaque atribuído a um legado dito positivo dos governos militares brasileiros, por estes terem buscado a aproximação com o continente africano entre as décadas de 1960 e 1970, ou a importância estratégica da reaproximação que fora iniciada nos governos petistas.

Ao mesmo tempo, contudo, não se pretende seguir o que Skinner (2017) chama de “mitologia da coerência”, isto é, fornecer à produção intelectual da Marinha e do Exército uma coerência que lhes possa, supostamente, faltar. Este é um perigo que incorre a quem se propõe a analisar ideias e textos de outros autores. Deste modo, apesar de reconhecidamente desafiador, segue-se o princípio da Escola de Cambridge de preservar a ênfase e o tom próprios de uma obra ou de um autor ao parafraseá-los, sem que se reduza ou se exacerba o texto e sem que se tente encontrar uma “mensagem” que uma dada autoria não tenha buscado transmitir (SKINNER, 2017).

Quentin Skinner sugere que o foco apropriado de estudo dos textos seja essencialmente linguístico, ou seja, que se tenha conhecimento da completa gama de comunicações que poderiam ter sido convencionalmente realizadas e, depois disso, que se verifique qual foi o pronunciamento específico feito em relação ao seu contexto linguístico mais amplo (SKINNER, 2017). Apesar de comporem uma mesma “escola” metodológica, Skinner despende especial atenção ao estudo das intenções dos autores; Pocock, por sua vez, aponta que a intencionalidade autoral não é o conceito central que orientaria o esforço metateórico, mas sim, a “linguagem”. O que um certo autor elaborou em relação à sua totalidade de possibilidades linguísticas (as linguagens políticas disponíveis em seu contexto), portanto, possui atenção central de Pocock (FERES JR; JASMIN, 2006).

O uso da linguagem<sup>6</sup> que um autor fez em relação ao seu universo de possibilidades linguísticas é esclarecido quando Pocock (2003) se apropria da terminologia de Ferdinand de Saussure para cunhar “*langue*” (língua) como sendo as características da língua de maneira geral, e “*parole*” (fala, ato de fala) como as performances individuais empreendidas no interior da língua por autores particulares. Em outras palavras, Cicero Araújo (2003, p. 11) sumariza que Pocock situa seu trabalho em dois níveis: 1) o da língua, que é o contexto linguístico; 2) o da fala, que é a forma pela qual um sujeito (o autor) se apropria da “*langue*”, seja para reafirmá-la ou até para inová-la por completo. Na análise de Pocock, haveria grande complementaridade entre as categorias “*langue*” e “*parole*”, pois a “*langue*” somente poderia ser reconstituída através da leitura e da investigação das várias “*paroles*” (performances empreendidas pelos autores no interior da língua), e as “*paroles*” seriam assimiladas a partir da “*langue*” da qual angariam seus sentidos de maneira mais ou menos complexa (ARAÚJO, C., 2003; FERES JR; JASMIN, 2006).

Dessa forma, com as categorias “*langue*” e “*parole*”, Pocock (2003) sublinha a importância da identificação das formas de comunicação (“diálogo”) que cada autor estabelece com a língua, e chama a atenção para se observar os níveis de abstração com os quais cada autor trabalha. Consoante Pocock (2003), alguns autores podem se restringir a replicar as convenções linguísticas vigentes, ao passo que outros podem torcer ou adaptar significados, recorrer a artifícios argumentativos, fazer associações atípicas e alterar vocabulários. Daí a importância, por exemplo, de pensar no significado da reafirmação e/ou reprodução de certos termos, ideias e conceitos, como o de que a África consistiria em um espaço de Estados falidos, de que os Estados não são capazes de lidar com as ameaças transnacionais presentes no continente, entre outros aspectos que são mencionados em parte da literatura que foi analisada.

---

6 Quando fala em “*linguagens*”, Pocock (2003, p. 65) afirma que faz uso da palavra no sentido de designar idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, podendo, cada uma dessas sublinguagens, ter vocabulários, regras, tom, estilo, implicações e precondições próprias.

Dessa forma, para cada ideia a ser escrita, impressa ou dita, há a necessidade de se ter uma linguagem para as expressar. A linguagem determina, portanto, o que nela pode ser dito, mas essa mesma linguagem também pode ser alterada pelo que *nela* é dito, existindo uma história que se constitui através das interações entre *parole* – fala; ato de fala; ação; ato individual locucional – e *langue* – língua; contexto linguístico; linguagem; texto (POCOCK, 2003, p. 64-66).

Nessa perspectiva, Pocock atenta para a visualização de que cada contexto linguístico (que também pode ser referido como contexto de intertextualidade ou contexto discursivo) revela um contexto social, histórico ou político no interior do qual a própria linguagem se situa. Nesse sentido, Pocock (2003, p. 36-37) elucida que:

[...] de uma linguagem corrente no discurso público de uma sociedade institucional e política, pode-se esperar que ela aluda a instituições, autoridades, valores simbólicos e acontecimentos registrados que ela apresenta como parte da política dessa sociedade e dos quais deriva muito do seu próprio caráter. Uma “linguagem” no nosso sentido específico é, então, não apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um tema de discussão prescrito para o discurso político.

Esse aspecto contextual é especialmente importante para o objeto de pesquisa aqui verificado, pois é um enfoque que auxilia na análise do contexto linguístico utilizado pelos autores acerca de interpretações que permeiam o pensamento estratégico militar sobre a África em termos contemporâneos. A História do Discurso Político contribui, portanto, para examinar questões presentes nos textos de um dado espaço institucional, como: de que forma os autores compreendem as ameaças contemporâneas? Como percebem o lugar da África na segurança do Brasil? Que papel estratégico o Brasil deve ter no continente? É desta forma que podemos analisar como a língua (*langue*) é mobilizada nos diversos discursos/falas (*paroles*) de um certo lugar (Exército e Marinha) em uma dada época (século XXI) sobre uma questão específica (o continente africano).

A partir destes questionamentos, percebe-se que a importância do continente africano foi mobilizada de forma intermitente pelos atores institucionais do Brasil. Depois da ênfase e aproximação histórico-cultural dada ao continente pela Política Externa Independente, a África como inserção estratégica voltaria a figurar como possibilidade apenas com os governos militares (OLIVEIRA, 2015). Esse deslocamento analítico (de cultura e política para segurança, defesa e desenvolvimento) abarcou, necessariamente, a atuação mais incisiva da política externa, como uma política pública que buscava superar o subdesenvolvimento brasileiro às custas da projeção internacional de um Brasil Grande Potência (MALLMANN; SILVA, 2022). Após o interregno das décadas de 1980 e 1990, as relações Brasil-África foram retomadas e remodeladas a partir dos governos Lula da Silva (2003 - 2010) (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020).

Esse cenário de transbordamento da política externa foi reestruturado, também, pela atuação contemporânea dos militares no continente africano. Destaca-se que o Brasil, no intuito de estreitar a relação entre as políticas externa e de defesa, buscou, nas últimas décadas, aproximar-se da costa ocidental africana como um todo, sob a noção de entorno estratégico, ultrapassando a integração com países como Angola, África do Sul e Nigéria ao se expandir para os demais através da tese de pacifismo que caracteriza a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (ABDENUR; NETO, 2014).

Esse entendimento está presente no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020), além de outros documentos, a partir da inserção da costa ocidental da África na conceituação de entorno estratégico, para além da América do Sul, oceano Atlântico Sul e Antártida. Essa noção remonta a tradicionais produções da geopolítica brasileira, de autoria militar, da segunda metade do século XX, como em Meira Mattos (1975) e em Golbery do Couto e Silva (1981). Para pensar a transformação do Brasil em grande potência mundial, os referidos autores romperam com a restrição continental predominante entre 1930 e 1940 e passaram a pensar também na África como possibilidade de inserção (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993). Para alcançar o status de Grande Potência, era necessário utilizar da política externa para alavancar o desenvolvimento

nacional, e aí a busca por novos parceiros comerciais e políticos também no continente africano se fazia necessária (MALLMANN; SILVA, 2022).

Acerca da importância da costa ocidental africana para conceber a posição geoestratégica do Brasil Potência, conforme vislumbrado pelos governos militares e pela geopolítica da década de 1970, Meira Mattos (1975) aponta que a África deveria interessar mais que qualquer outra área. Golbery do Couto e Silva (1981) compartilha dessa visão e destaca o Atlântico Sul e a África Meridional. Assim, ambos concebiam que, a partir da proximidade com o continente, partiria a principal contribuição do Brasil para o arcabouço de segurança ocidental de modo mais amplo (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993; SILVA, 1981). Refletindo essas acepções, houve gradual aproximação entre o Brasil e os países africanos recém-independentes. Característico do momento foi, por exemplo, o reconhecimento de Angola independente antes de muitos países do bloco capitalista e a erosão do conceito de comunidade luso-brasileira, uma vez ocorrida a Revolução dos Cravos (COELHO, 2017, CERVO, 2009, MUNANGA, 2018)

Contemporaneamente, essa proximidade, que era feita comercial e diplomaticamente à época, também pode ser observada pela atuação militar no continente através de iniciativas multilaterais – principal plataforma contemporânea para defender os interesses brasileiros (AMORIM, 2015) –, e por mecanismos de segurança coletiva (BRASIL, 2020), como o Exército da FELINO<sup>7</sup> e o ATLASUR/IBSAMAR no âmbito do IBAS, além dos adidos militares (BRASIL, 2016; ZANINI, 2017). Como um comportamento tradicional do Brasil desde os primeiros anos de fundação das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de projeção do país perante o entorno regional e a comunidade internacional, as Forças Armadas brasileiras participam constantemente das operações de paz da

---

7 Atividade multilateral sediada anualmente por um dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que envolve integração e ação combinada com as forças dos países membros. O objetivo dessa iniciativa é pensar processos de planejamento, execução e reflexão sobre tempos de paz ou de crise, vislumbrando também a participação da comunidade de língua portuguesa em operações de paz da ONU.

organização (BRASIL, 2020). De acordo com o Livro Branco de Defesa (BRASIL, 2020), entre as operações de paz contemporâneas que contam ou já contaram com presença brasileira em território africano no século XXI, estão a Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID), Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO), Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) e Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA).

Todos os elementos destacados, como as operações de paz, aditância militar, cooperação conjunta para segurança e defesa e a herança ideacional da geopolítica, expõem o interesse dos militares brasileiros na projeção brasileira para o continente, tanto pela presença direta de indivíduos das forças em território africano, quanto pelo entendimento estratégico do que seria o entorno regional do país. Tudo isso leva a crer, portanto, que há contribuição das Forças Armadas que merece ser analisada mais cuidadosamente para alcançar a construção, a partir do plano ideacional, do entendimento estratégico que permeia o direcionamento brasileiro para o continente africano contemporaneamente. Por isso, nas seções a seguir, serão analisadas contribuições distintas por parte do Brasil a partir de suas escolas de formação.

### **3 O pensamento do exército brasileiro sobre a África**

As produções ideacionais do Exército brasileiro sobre o continente africano selecionadas demonstram a preocupação em avaliar os seguintes aspectos: a política externa para o continente como um todo; as relações tendo como ponto de convergência o compartilhamento das costas com o Atlântico Sul; a preocupação com a presença chinesa na região e, também, nas produções mais recentes, as avaliações sobre a atuação das forças brasileiras no continente. Destarte, cabe salientar que predomina, nestas

publicações, o entendimento do continente como um espaço de Estados falidos e com Forças Armadas pouco qualificadas para as ameaças transnacionais predominantes naquele território (RUIZ, 2018; SOBRINHO, 2018; TAULOIS, 2013; OZÓRIO, 2012; FILHO, 2011). Na contramão, o Brasil seria a referência natural do entorno, pela sua capacidade de segurança e defesa já amadurecida (RUIZ, 2018; SOBRINHO, 2018).

Acerca da política externa brasileira para a África, cabe salientar o constante destaque atribuído à herança positiva dos governos militares, pelo fato de estes gestores terem buscado a aproximação com o continente entre as décadas de 1960 e 1970. Varia, todavia, o significado dado ao conteúdo desta herança. Isso é visível tanto em produções do início dos anos 2000, quanto da segunda década do século XXI, indicando certa continuidade do argumento (ARAÚJO, H., 2003; SANTA BÁRBARA, 2015; SOBRINHO, 2018). Essa herança teria o intuito de posicionar a África para o Brasil a partir do estreitamento entre as ideias de desenvolvimento, política, cultura, segurança e defesa (ARAÚJO, H. 2003), indicando o envolvimento do país e do continente em um mecanismo de interdependência complexa.

Também seria parte desta herança dos governos militares o entendimento de entorno estratégico regional como um espaço envolvendo a costa atlântica do continente africano, atribuindo ao Brasil uma responsabilidade significativa por assegurar a estabilidade desta vizinhança como prerrogativa para sua própria estabilidade (RUIZ, 2018; JUNIOR, 2018; SANTA BÁRBARA, 2015) - ideia muito particular da geopolítica militar (SILVA, 1981). Outro entendimento sobre a herança estaria em entender as relações com a África sob a lógica de autonomia e de não realizar alinhamentos automáticos às grandes potências (SANTA BÁRBARA, 2015), elemento também entendido como pragmatismo comercial e político, o qual teria sido resgatado com significativa densidade durante os governos de Lula da Silva (2003 - 2011) (SOBRINHO, 2018). Nesse sentido, cabe destacar a ênfase dada ao referido governo pelos trabalhos, restando ainda passível de análise os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e, mais recentemente, Jair Bolsonaro.

É, portanto, atribuído destaque ao modelo de relacionamento estabelecido a partir da gestão presidencial de Lula da Silva, que, na visão de Sobrinho (2018), não seria inovador, embora tenha sido positivo por propor a projeção do país como *player* internacional a partir de esferas multilaterais, consideradas como legítimas para essa inserção (FALCI JUNIOR, 2018). Desse modo, as relações com a África cumpririam o propósito de captar apoio para votações na Assembleia Geral da ONU e para os pleitos brasileiros de reforma na estrutura da instituição (ARAÚJO, H., 2003; SOBRINHO, 2018; FALCI JUNIOR, 2018). Diante disso, a atuação militar brasileira no continente, por meio das chamadas operações multilaterais, ou operações de paz, também passa a ser examinada. Para Vaz e Mignon (2013), por exemplo, por meio dessas operações, as Forças Armadas brasileiras se constituíram em um braço prático da política externa, já para Falci Junior (2018) seria mais que um braço, seria um executor da política externa tão poderoso quanto a chancelaria, porém, sem a devida valorização.

Desse modo, publicações da segunda década do século XXI se debruçam sobre aspectos ideacionais e práticos da atuação militar brasileira no continente tendo como base os cerca de dez anos de maior aprofundamento das relações com a África (SANTA BÁRBARA, 2015; CÁS, 2018; TORREZAM, 2017; SOBRINHO, 2018; FALCI JUNIOR, 2018). Esta prática, além de consequência de compromissos multilaterais necessários à melhor projeção internacional do país, é posicionada como um reflexo da liderança que o Brasil exerce no entorno estratégico e como país emergente perante o sul global (SANTA BÁRBARA, 2015; TORREZAM, 2017; CÁS, 2018; SOBRINHO, 2018). Ademais, há os que consideram esta questão como algo além do âmbito regional, como uma demanda interna das Forças Armadas brasileiras por arenas empíricas para preparo e aperfeiçoamento de pessoal (SOBRINHO, 2018; TORREZAM, 2017), ou, ainda, a atuação militar como resposta às expectativas da comunidade internacional em relação à uma potência regional pacífica e estável (FALCI JUNIOR, 2018).

Diante de tamanha demanda pela presença brasileira, seja pela comunidade internacional, atores regionais seja pelas próprias Forças Armadas, são entendidas como norteadoras da

organização da atuação no continente algumas questões que apontam para possíveis continuidades nesse eixo de relacionamento e para demandas por maior aprofundamento das relações entre o Brasil e os países do continente. Por exemplo, Cás (2018) traz um estudo da participação brasileira em desminagem - processo de remoção de minas terrestres -, que geralmente ocorre por intermediação de organismos internacionais como as Nações Unidas. Esta atividade, segundo o autor, é direcionada ao Brasil por *expertise* já desenvolvida e por possuir aparelhos adequados à tarefa. Estados africanos, segundo o autor, ainda apresentam séria deficiência em suporte técnico militar, sendo um exemplo a lenta realização de desminagem - à época da pesquisa, segundo o autor, ainda existiam cerca de 37 milhões de minas terrestres enterradas em todo o continente. Isso indica, dessa forma, a não existência de retração da atividade brasileira neste quesito em médio ou longo prazo.

Por sua vez, Sobrinho (2018) destaca alguns pontos passíveis de melhora para a atividade brasileira no continente: o baixo investimento de recursos financeiros e pessoais; o ainda existente potencial de aprofundamento em atividades de capacitação e preparo de forças terrestres; o fortalecimento do intercâmbio contínuo (por meio daquilo que denomina como “diplomacia militar”) através da ZOPACAS e CPLP. Ainda são poucos, para o autor, os militares que participam de operações na África, assim como é pouca a disponibilização de recursos para isso (SOBRINHO, 2018). Diante dessas limitações, Falci Junior (2018) aponta que o Brasil deveria priorizar a participação em missões nos países com laços históricos e culturais comuns, o que tornaria mais robusta a já encaminhada discussão de segurança e defesa no âmbito da CPLP.

Neste sentido, destaca-se que a CPLP é mencionada como esfera importante para a relação entre Brasil e África no plano da segurança, pelo fato de a concertação já abranger tanto um enquadramento preparatório para as missões de paz para assegurar a boa aproximação entre os militares de países-membro, quanto o protagonismo coletivo destes países durante as operações na África (VAZ, 2013; SOBRINHO, 2018). Além disso, Sobrinho (2018) também indica, como ponto elementar da atuação brasileira no

continente, o intercâmbio doutrinário<sup>8</sup> com as Forças Armadas do Senegal e de Angola, visto que a opção pela cooperação com o Brasil aconteceu em detrimento de potências ocidentais, como Estados Unidos e França, por exemplo. Cita-se, também, o Projeto África, do Exército brasileiro, cujo objetivo tem sido ajudar Namíbia, Angola, Guiné Bissau e Moçambique a desenvolver soluções próprias para os diversos desafios locais que demandam maior institucionalização e amadurecimento das Forças Armadas. Esta atividade ocorre em parte no território brasileiro e parte nos respectivos países por meio bilateral (SOBRINHO, 2018).

Outro ponto levantado nas produções se refere à presença chinesa no continente. Este, todavia, é um assunto mais recorrente nas produções da Marinha Brasileira, como será observado mais adiante. Predomina, nas pesquisas, preocupação com o antagonismo entre a China e os Estados Unidos tendo como arena o continente africano. Para Barros Moreira (2007), a ampla influência da China no continente revelou o atraso dos Estados Unidos em reconhecer o potencial energético da região. Partindo destas intenções, ambos os países possuem bases instaladas no Chifre da África. A presença dos EUA é justificada como parte da estratégia da Guerra ao Terror, já para a China, salienta Wong (2018), é parte de sua política de projeção econômica e comercial. Todavia, para o autor, por trás desta intenção pragmática de aumentar ganhos econômicos estaria a capacidade chinesa para desestabilizar o equilíbrio mundial e o seu grande potencial como potência marítima (WONG, 2018).

Outro assunto abordado compreende o Atlântico Sul como ligação entre o Brasil e o continente. É reforçada a tese de que a zona deve ser explorada a partir da ideia de paz, cooperação e estabilidade (ARAÚJO, 2003; VAZ, 2013), o que, todavia, não significa negligenciar as crescentes ameaças transnacionais na região, e sim reconhecer que isso precisa ser discutido entre os países costeiros, evitando, assim, ingerências de potências externas (VAZ, 2013; SOBRINHO, 2018).

---

8 Cooperação com ênfase para a doutrina militar. Neste contexto, é relevante observar que Nunes (2023, p. 14) compreende a doutrina militar como um conceito que delimita um dos elementos centrais na preparação das Forças Armadas. Ele a define como o conjunto de procedimentos que busca delinear as diretrizes concernentes à estruturação e aplicação destas forças, visando à consecução dos objetivos em questão.

#### 4 Produção intelectual da marinha brasileira sobre a África

Consoante à produção ideacional da Marinha do Brasil acerca do continente africano, foram identificados como principais tópicos de discussão os mesmos que caracterizam a produção do Exército: a política externa brasileira para África; o Atlântico Sul como espaço de convergência entre o Brasil e o continente; a presença chinesa no continente e as avaliações sobre a atuação das forças brasileiras em espaço africano.

Sobre a política externa brasileira, destaca-se a atuação brasileira junto a países da costa ocidental do continente, em particular os países do chamado Golfo da Guiné<sup>9</sup>. A política externa avaliada nas produções claramente se refere às iniciativas no plano securitário. Para a Marinha, a busca por apoio em fóruns internacionais e a garantia do bom ambiente tanto para a expansão comercial de empresas brasileiras, quanto para o escoamento de importações - sobretudo o petróleo nigeriano - é o que deve nortear a inserção do Brasil nessa região (OZÓRIO, 2012). Entretanto, algumas questões são apontadas como passíveis de melhor reflexão pelos decisores. A primeira se refere ao alto grau de instabilidade econômica e política dos países do golfo, elemento que, segundo Ozório (2012), deve ser mais bem estudado no momento de realizar parcerias, pois reflete diretamente no resultado de baixos ganhos. Outro ponto levantado é a possibilidade de utilizar a Agência Brasileira de Cooperação, órgão vinculado ao Itamaraty, para arcar financeiramente com despesas da cooperação securitária (TAULOIS, 2013).

Além disso, a presença estrangeira na região deve ser acompanhada intimamente, afinal, este é o entorno estratégico designado pelas forças brasileiras e a influência de outros países é multifacetada, assumindo perfil econômico, político e securitário (TAULOIS, 2013). Por outro lado, Cromwell (2013) defende o uso de uma lógica utilitarista para analisar iniciativas de atores externos na região. O exemplo dado pelo autor é o do Comando Africano dos Estados Unidos (AFRICOM), cuja intenção é fortalecer parcerias e garantir

---

9 Região correspondente aos países da Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e parte do Gabão.

estabilidade não apenas em território africano, mas também no entorno americano. O Brasil, na visão do autor, deveria se aproximar da iniciativa estadunidense, pois assim conseguiria informação de inteligência de qualidade e parceria robusta para os desafios da região, o que não seria possível por parte dos africanos, dada a grave deficiência de suas Forças Armadas para lidar com ameaças contemporâneas (CROMWELL, 2013).

A preocupação com a atuação das potências extrarregionais não concerne somente ao caso dos Estados Unidos. A China tem se tornado uma figura importante para conceber estrategicamente os planos do Brasil para a costa africana, o que fica claro ao se analisarem as relações bilaterais. Por exemplo, Angola e Brasil têm como pressuposto de seu relacionamento o compartilhamento de uma herança cultural comum e uma ampla tradição de cooperação que vem se estabelecendo das mais diversas formas, mas os chineses, mais recentemente, têm se mostrado uma parceria significativamente mais vantajosa (JUNIOR, 2018). Na Namíbia, onde o Brasil goza de relativa autonomia para a cooperação marítima e naval, a China tem buscado espaço para adentrar em etapas específicas da cooperação brasileira, principalmente ao vender materiais de defesa a custos baixos. A expectativa à época, segundo Almeida (2012), era de aprofundamento das relações entre Namíbia e os chineses, podendo, a Marinha do Brasil, perder espaço caso não conseguisse atualizar seus atrativos.

Tanto em Angola quanto na Namíbia, são salientados limites políticos do modelo chinês. Em Angola, a China não conseguiu superar os limites culturais para um bom relacionamento com a sociedade civil, desse modo, optou por um relacionamento pragmático de incremento comercial e de investimentos (ALMEIDA, 2012; JUNIOR, 2018). O país africano, de acordo com Junior (2018), tem servido de importante laboratório para verificar o que pode vir a ocorrer no relacionamento bilateral do país emergente com outros atores do continente, pois o modelo de relações bilaterais tem como exemplo o caso angolano. Na Namíbia, por sua vez, segundo o autor, predominava a desconfiança da sociedade quanto à securitização das relações com a China, tendo em vista que essa relação implica, para além da pouca transparência acerca das

ações chinesas, a manutenção de uma elite impopular no poder (ALMEIDA, 2012).

As implicações da presença chinesa na costa ocidental têm este lado da securitização das relações bilaterais com os países já mencionados e também com outros do Golfo, como o caso do Benim (OZÓRIO, 2012), todavia também passa pelo aumento das tensões internacionais da China com outra potência, os Estados Unidos. Esse fato tem feito os chineses se organizarem para garantir caminhos alternativos à navegação comercial pelo Canal de Suez e o Estreito de Ormuz, o que, na prática, significa aumentar o trânsito comercial e da marinha pela Rota do Cabo (BAPTISTELLA, 2015). O posicionamento do AFRICOM, segundo Cromwell (2013), muito se deve a este fato.

Nesse sentido, a presença chinesa na costa atlântica é parte de um contexto mais amplo de competitividade entre este país e os Estados Unidos, envolvendo recursos energéticos – os dois países, juntos, consomem metade da produção de petróleo do Atlântico Sul (OZÓRIO, 2012; GOES; ALBUQUERQUE, 2017). No intuito de contrapor a forte influência dos EUA, empresas chinesas passaram a trabalhar na extração de petróleo especificamente na Amazônia Azul, vide os casos da Sinochem Corporation, Sinooc e a Sinopec (FILHO, 2011). Esse contexto de interesses das potências afeta de forma difusa o ambiente de segurança da costa ocidental africana e do Atlântico Sul, contribuindo para modificar o equilíbrio de forças na região, alertando o Brasil e seus respectivos propósitos de projeção como liderança regional (ALMEIDA, 2012).

Sobre a atuação da Marinha do Brasil no continente, é chamada atenção para a necessidade de concentrar esforços em países com potencial de desenvolvimento autônomo de médio prazo, elaborando e implementando políticas para o setor marítimo (OZÓRIO, 2012). Embora não defina o que caracteriza essa capacidade de desenvolvimento decisório, Ozório (2012) ilustra o argumento com o caso da Namíbia, o qual é utilizado por outras fontes para exemplificar o que seria um bom trabalho de cooperação em andamento e o perfil de parceiro potencial, tendo em conta a dita incapacidade do país africano em lidar com atos ilícitos no

mar, como tráfico de drogas, pesca ilegal e pirataria (FILHO, 2015; ALMEIDA, 2012; ABREU, 2007; MEDEIROS, 2003).

Esse cenário de potencialidades vislumbrado nos estudos de caso sobre a Namíbia também se reproduz a respeito do Golfo da Guiné (BAPTISTELLA, 2015). Diante disso, os principais objetivos da atuação no espaço africano devem ser a busca de estruturação de forças, a formação e treinamento de pessoal, a aquisição de navios e o levantamento da plataforma continental (ALMEIDA, 2012). Ao mesmo tempo em que esses esforços servem para que o Brasil conte com apoio regional na segurança do Atlântico Sul, permitem que sejam exploradas possibilidades promissoras de negócios para o setor privado e para empresas públicas (MEDEIROS, 2003).

Por fim, nos trabalhos desta seção também aparece uma postura crítica sobre os atuais espaços de concertação securitária entre Brasil e África acerca do Atlântico Sul. Para Filho (2015), pensar a região por meio da ZOPACAS é insuficiente e não tem impedido a atuação deliberada de atores externos na região. Portanto, outros fóruns precisam estar sob enfoque brasileiro através do IBSAMAR, exercício naval conjunto entre os membros: a Comissão do Golfo da Guiné, a CPLP, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o IBAS (bloco de integração entre Índia, Brasil e África do Sul). Essa avaliação não pretende romper com o limite estrutural dos países africanos em lidar com suas questões marítimas, mas permite posicionar o Brasil como uma ponte entre africanos e potências extrarregionais (FILHO, 2015). É o que se conforma quando o AFRICOM demanda participação brasileira em suas operações, por exemplo, em cenário de impopularidade dos Estados Unidos perante comunidades locais, as quais, em contraposição, nutrem simpatia pelo Brasil (CROMWELL, 2013).

## 5 Considerações finais

Este trabalho buscou analisar a produção ideacional da Marinha do Brasil e do Exército sobre as relações entre o país e o continente africano. Foi subdividido entre o pensamento de cada uma destas duas forças, de modo a procurar diferenças e aproximações na compreensão acerca do continente. A diferença de atuação tem uma face objetiva: a ênfase na Marinha está no oceano e na costa ocidental compreendida como entorno estratégico do Brasil, já o Exército tem uma atuação mais difusa, comprometida com um projeto mais amplo de projeção do país perante a comunidade internacional.

Esta ponderação nos leva a refletir sobre de qual África, afinal, tratam ideacionalmente estas Forças? Há pontos convergentes e outros divergentes. A África é tomada por ambos como um conceito generalista que não corresponde ao continente como um todo. Além da convergência entre os temas abordados – política externa, China, Atlântico Sul e práticas militares brasileiras no continente – ambos vislumbram “África” como um espaço de Estados frágeis e que precisam da intervenção externa do Brasil ou de potências extrarregionais – para garantir a sua estabilidade. Ademais, as forças de segurança e defesa desses países ainda precisariam conquistar suas respectivas autonomias. Enquanto isso não ocorre, haveria uma lacuna que facilitaria a inserção do Brasil como um parceiro estratégico para o combate a ameaças contemporâneas.

Ademais, a África é composta por 54 países e não é de todos eles que os militares falam. A África da qual fala a Marinha é a costa ocidental e o Golfo da Guiné, o entorno mais próximo do Atlântico Sul. A África do Exército, em contrapartida, corresponde aos espaços que carecem de intervenções das Nações Unidas, dependentes de ajuda humanitária da comunidade internacional. Isso não significa que não se fale sobre o entorno ocidental da África pelas forças terrestres. Ao contrário, essa noção também segue presente e isso se deve à herança do pensamento geopolítico militar desenvolvido por expoentes como Meira Mattos (1975) e Golbery do Couto e Silva (1981) na segunda metade do século XX, os quais deixaram, entre um arcabouço teórico complexo, o

fato de reconhecer o outro lado do atlântico como um espaço que merece atenção da comunidade de defesa e segurança do Brasil.

Um ponto divergente entre ambas as forças é o modo como se fala de liderança e de autonomia brasileira perante o continente, já que as percepções transitam entre otimismo e ceticismo sobre as capacidades do Brasil. O Exército tem uma noção mais clara de um suposto “destino manifesto” para a liderança no entorno regional, enquanto a Marinha reconhece que o Brasil precisa de ajuda para monitorar o Atlântico Sul – dos africanos ou de potências externas –, o que desconstrói, portanto, essa ideia de liderança e revela, outrossim, relativo pessimismo sobre o papel do Brasil perante a vizinhança.

Ao tomarmos como base os pressupostos teóricos da Escola de Cambridge - de que determinado autor deve ser analisado em relação às linguagens políticas disponíveis e ao contexto de sua época, sendo a reconstrução dessas linguagens e a pesquisa de sua transformação no tempo a primeira tarefa do historiador do discurso político -, perceberemos que as noções sobre o continente africano e a sua relação com o Brasil, nos estudos aqui analisados do Exército e da Marinha, não só evoluíram no tempo, como também foram reorientados de modo a acompanhar as transformações do cenário internacional. Ou seja: contemporaneamente os autores trazem a preocupação da securitização da região e a disputa por espaço entre China e EUA e a influência que recai para as relações do continente com o Brasil, o que denota não só a disputa por mercados globais, mas a capacidade de mobilização multilateral dos atores extrarregionais no continente africano. Diferentemente, por exemplo, dos autores da década de 1970, que expunham preocupação sobre a projeção no atlântico sul, que sinalizava uma vertente da visão geoestratégica da Guerra Fria.

A questão, para a Escola de Cambridge, seria, então, questionar: qual será o discurso militar quando falarem de África daqui 50 ou 100 anos? No que estarão pensando? Como será a produção intelectual destes atores e a influência deste pensamento sobre os tomadores de decisão, sobre os *policy makers*? O que será considerado como oportunidade de cooperação e como desafio de segurança?

Entender o que os autores estão fazendo em seus artigos enquanto pesquisadores científicos e, concomitantemente, membros das Forças Armadas, se estão reafirmando a importância da África para o Brasil, ou do Brasil para os africanos, se estão reforçando questões do continente como ameaça para o Brasil ou para seu entorno, se estão buscando projetar o país sobre um continente, se estão tratando de 50 países distintos como uma unidade, como fizeram até então, implica não só estudar o discurso político, mas, no nosso enfoque, estudar essa produção ideacional como sendo um discurso-ação, como um ato de fala. Estes discursos, ao serem pronunciados (publicados, no caso), emanam a projeção de ideias de, ao menos, parte de uma corporação que, historicamente, é moldada internamente e com pouca conexão com a sociedade civil. Isso significa dizer que entender esta produção poderá servir, quiçá, para a reflexão sobre a agenda de atores importantes que, embora sejam vinculados ao Estado, demandam políticas públicas que refletem a projeção internacional do Brasil e que contrastam, por vezes, com os entendimentos do próprio Itamaraty sobre o papel do Brasil no Sistema Internacional e, neste caso, na África.

Neste sentido, ressalta-se que o pensamento militar pode ser verificado de diversas formas e que a análise das produções aqui referenciadas não esgota essa verificação, pelo contrário, busca ampliar uma discussão mais minuciosa sobre as forças decisórias que influenciam na política externa para o continente africano, em particular as forças militares. Ademais, reforçamos a importância da continuidade da pesquisa, com o intuito de avaliar o pensamento da Força Aérea e da Escola Superior de Guerra abrangendo os pouco trabalhados períodos presidenciais de Dilma Rousseff (2011 - 2016) e de Michel Temer (2016 - 2018) e o recente governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2023) de modo a tornar mais completo o mapeamento aqui alavancado.

## REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014.

ABREU, Guilherme Mattos de. A Amazônia Azul: O Mar que nos Pertence. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, n. 6, p. 17-66, 2007.

AFRICAN Airpower: a concept. **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistaeletronica.fab.mil.br/index.php/reunifa/article/view/262>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ALMEIDA, Cláudio Henrique Mello de. **A presença da China na costa ocidental da África**—o caso da Namíbia: implicações para o Poder Naval brasileiro. 2012. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

AMORIM, C.; SILVA, A. L. R. da. Os think tanks brasileiros e a agenda de política externa de Lula da Silva e Rousseff para a África. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/964>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. O Itamaraty e o Movimento Negro: interesses, ideias e práticas nas relações Brasil-África. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2021, n. 35.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha**: memórias da política externa ativa e altiva. Benvirá, 2015.

ARAÚJO, Cícero de. “Apresentação”. In: POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 9-21.

ARAÚJO, Hélio Fernando Rosa de. Intercâmbio militar nas relações Brasil-África do Sul. **A Defesa Nacional**, [S. l.], v. 89, n. 795, p. 83-92, jan./abr., 2003.

BAPTISTELLA, Luiz Fernando. **A presença da China na costa ocidental da África**. Implicações para o Poder Naval Brasileiro. Rio de Janeiro, 2015. 86 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, 2015.

BARROS MOREIRA, José Benedito de. A nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, [S. l.], v.23, n.48, p. 21 -39, ago./dez. 2007.

BRASIL. Decreto nº 8654, de 28 de janeiro de 2016. **Regulamento Para Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares Junto Às Missões Diplomáticas Brasileiras**. Brasília, DF, 28 jan. 2016. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8654.htm#:~:text=O%20adido%20de%20defesa%20C3%A9,Maior%20da%20For%C3%A7a%20que%20representa](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8654.htm#:~:text=O%20adido%20de%20defesa%20C3%A9,Maior%20da%20For%C3%A7a%20que%20representa)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro-branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco_congresso_nacional.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CÁS, Francisco Hosken da. **A atuação de militares do Exército Brasileiro em missões de desminagem humanitária no continente africano**. (2018). Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Biblioteca do Exército, 2018.

CERVO, Amado Luiz. Meios e Resultados do Pragmatismo em Política Externa (1967-1979) *In*: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2009, p. 397-425.

CHARTIER, Roger. A história intelectual e história das mentalidades. Uma dupla reavaliação. *In*: CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 29-67.

CROMWELL, Elias Loureiro. **A atuação do Africom na África Ocidental: reflexos para a marinha do Brasil**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, A. R. A Importância da Geopolítica Econômica na Relação entre o Brasil e a África? Um Estudo Comparativo da Política Externa desde os Governos Militares até o Governo Temer. *In*: **6o. Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Belo Horizonte: PUC/MG, 2017, p. 1 - 21.

FALCI JUNIOR, Marcelo Moreira. **A relevância da participação de um contingente militar em missões de paz de caráter multidimensional no continente africano para a política externa brasileira**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

FERES JR.; JASMIN, M. História dos Conceitos: dois momentos de um encontro intelectual". *In*: FERES JR; JASMIN, M. (Org.). **História dos Conceitos**. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2006, p. 9-38.

FILHO, Francisco Dantas de Almeida. **Brasil e os países da costa oeste africana e a segurança marítima no atlântico sul**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

FILHO, Wilson Pereira de Lima. A Amazônia Azul e os desafios para a defesa nacional no século XXI. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, [S. l.], n. 10, p. 69-122, 2011.

GÓES, Guilherme Sandoval; ALBUQUERQUE, Bruno Bahiense de. Estados Unidos, China e a geopolítica do petróleo no Atlântico Sul: uma análise sob a ótica da teoria dos complexos regionais de segurança. **Revista da Escola Superior de Guerra** [S. l.], v. 32, no. 64 p. 49-88, 2017.

GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Revista Estudos Históricos**, [S. l.], v. 6. n12 p. 211-246, 1993.

JUNIOR, Helcio Blacker Espozel. **A presença chinesa na costa ocidental da África e os reflexos para o entorno estratégico brasileiro**: o caso de Angola. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2018.

KHALIL, S.; ALVES, V. C.. Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 683-708, jul. 2014.

MALLMANN, V. H.; SILVA, A. L. R. da. Novos sentidos sobre o Brasil Grande Potência: uma análise discursiva sobre a política externa do governo Médici (1969 – 1974). **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 13, n. 64, p. 99-116, 2022.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil, geopolítica e destino**. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1975.

MEDEIROS, Roberto de Carvalho de. O Acordo de Cooperação Militar Brasil Namíbia como instrumento de consolidação da zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul. **A Defesa Nacional**, [S. l.], v. 89, n. 795, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Passado e presente nas relações África-Brasil. In: JORGE, Nedilson (Ed.). **História da África e Relações com o Brasil**. Brasília - DF: FUNAG, 2018.

NUNES, Raul Cavedon. **Explicando mudanças na doutrina militar**: debate teórico e inferências a partir do caso da Doutrina Delta do Exército Brasileiro (1996). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2023.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 6, n. 29, p. 29-48, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51761>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinícius H. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

OZÓRIO, Paulo Roberto Blanco. **A cooperação para segurança marítima no Golfo da Guiné: interesses no entorno estratégico do Brasil.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Edusp, 2003.

RIBEIRO, Camille Amorim Leite. **As múltiplas percepções sobre o continente africano na política externa dos governos Lula da Silva e Rousseff (2003-2016).** 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

RUIZ, Rafael Silva. **A mobilidade humana forçada na África e seus reflexos para o Brasil.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. A África e o entorno estratégico brasileiro. **A Defesa Nacional**, [S. l.], v. 102 n. 827, 2015.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo; &, Geopolítica do Brasil.** Coleção Documentos Brasileiros - Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, Ricardo. Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 2, p. 299-355, 2010.

SKINNER, Q. Significado e interpretação na História das Ideias. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399, 2017.

SOBRINHO, Silva. **A atuação da Força Terrestre do Brasil na formação, preparo e adestramento das forças terrestres dos países da África subsaariana.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Biblioteca do Exército, 2018.

TAULOIS, Pedro Luiz Gueiros. **O Poder naval brasileiro e a segurança marítima de Angola.** Oportunidades para a marinha do Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2013.

TORREZAM, Rodrigo Campos. Participação do Exército Brasileiro em operações de paz Breve análise e perspectivas de futuro. **A Defesa Nacional**, [S. l.], v. 104, n. 833, 2017, p. 81-98.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho; MIGNON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em Segurança & Defesa na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 28, n. 56, 2013, p. 110-131.

CAMILLE AMORIM  
VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN  
BRUNA GORGEN ZECA

WONG, Jackson Thein de souza. A Base Naval Chinesa no Chifre da África como fator de segurança do Projeto da Nova Rota da Seda. **A Defesa Nacional**, [S. l.], v. 106, n. 837, 2018.

ZANINI, Fabio. **Euforia e Fracasso do Brasil Grande**: política externa e multinacionais brasileiras da Era Lula. São Paulo: Editora Contexto, 2017.